



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE PESSOA FÍSICA**  
**Nº 002/2016**

O **CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8**, Organização Não Governamental, que desenvolve assessoria a mulheres trabalhadoras rurais na auto-organização, na produção, na comercialização de produtos dos grupos de mulheres e na promoção do acesso destas às políticas públicas destinadas as trabalhadoras rurais. Inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº. 40.772.568/0001-45, o CF8 tem sede na Rua Dionísio Filgueira, 519, Centro, Mossoró/RN, vem tornar público que realizará Processo Seletivo nº 002/2016, **Tipo Melhor Técnica**, objetivando a contratação de 02 profissionais.

O processo seletivo será realizado em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I) e de acordo com o cronograma a seguir:

Lançamento da Cotação de Preços	<b>19/02/2016</b>
Início do acolhimento das propostas	<b>22/02/2016</b>
Limite do acolhimento das propostas	<b>07/03/2016</b>
Data da realização das entrevistas	<b>08 e 09/03/2016</b>
Data da divulgação do resultado da cotação	<b>10/03/2016</b>

Mossoró/RN, 19 de Fevereiro de 2016.

*Eliane Maria da Conceição*

Eliane Maria da Conceição  
Coordenadora Geral



## PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

O CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8, torna público para conhecimento das(os) interessadas(os) a abertura do Processo Seletivo nº 002/2016, **Tipo Melhor Técnica**, Convênio nº 811702/2014, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Centro Feminista 8 de Março – CF8, conforme as condições, critérios e prazos fixados no presente Termo de Referência, em cumprimento ao previsto no Decreto 6.170, de 2007 e na Portaria Interministerial 507 de 2011, com o objetivo de Contratar profissional para preenchimento de 02 vagas, sendo 01 para Comunicadora e 01 para Assessoria técnica.

#### 1. DO OBJETO

Contratação de profissional para preenchimento de 01 vaga para Comunicadora e 01 vaga para Assessoria técnica para executar o projeto “**Organização Produtiva das Mulheres Rurais do Seridó**”, Convênio nº 811702/2014, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Centro Feminista 8 de Março – CF8.

#### 2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente contratação está prevista no desenvolvimento do projeto para execução de atividades conforme consta no plano de trabalho do projeto “**Organização Produtiva das Mulheres Rurais do Seridó**”, Convênio nº 811702/2014, para o cumprimento das atividades previstas no referido convênio.

#### 3. DO OBJETIVO GERAL DO PROJETO:

Contribuir com a organização produtiva e a autonomia econômica das mulheres rurais no Território da Cidadania Seridó, tendo como referência o feminismo, a agroecologia e o acesso às políticas públicas.

#### 4. DAS FUNÇÕES:

- Comunicador(a)
- Assessoria Técnica



## 5. DO TRABALHO A SER REALIZADO

FUNÇÃO	TRABALHO
Comunicadora	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Elaboração do material de divulgação do projeto.</li><li>b) Divulgação na imprensa alternativa e espaços da mídia, das ações desenvolvidas pelo projeto.</li><li>c) Organização e atualização de dados no sitio do CF8 sobre o Projeto.</li><li>d) Correção de textos para publicações de cadernos, revistas, dentre outros, direcionados para as pautas trabalhadas.</li><li>e) Clipagem de notícias que eventualmente saiam nos meios de comunicação referente às atividades e temas debatidos no projeto.</li><li>f) Participar quando solicitada das atividades previstas no projeto.</li></ul>
Assessoria Técnica	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Assessoria permanente a organização produtiva, gestão de projetos e comercialização de 160 mulheres articuladas em grupo.</li><li>b) Elaboração e acompanhamento de projetos para acesso ao PAA e PNAE.</li><li>c) Elaboração de projetos conforme demandas identificadas durante a execução do trabalho.</li><li>d) Apoio a participação das mulheres nas reuniões do colegiado territorial Seridó.</li><li>e) Organização e realização de atividades formação como oficinas, encontros, seminário, intercâmbios com as mulheres trabalhadoras rurais.</li><li>f) Elaboração de textos e relatórios das atividades realizadas.</li><li>g) Participação de espaços de articulação e construção de políticas públicas como: Colegiado territorial, Fóruns de associações, Comissões Municipais de Mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, entre outros.</li></ul>

## 6. DO PERFIL REQUERIDO

Comunicadora	<u>Nível Superior</u> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Ter Nível Superior em Comunicação e/ou áreas afins;</li><li>b) Experiência de trabalho em comunicação popular;</li><li>c) Experiência em elaboração de materiais de comunicação e visibilidade</li></ul>
--------------	---



	<p>voltados a mulheres rurais;</p> <p>d) Conhecimento nas temáticas de gênero, feminismo e políticas públicas para mulheres rurais;</p> <p>e) Capacidade de trabalhar em equipe;</p> <p>f) Disponibilidade para viajar, inclusive finais de semana.</p>
Assessoria técnica	<p><u>Nível Superior</u></p> <p>a) Ter Nível Superior na área das Ciências Humanas e/ ou Sociais;</p> <p>b) Experiência de trabalho em agroecologia, economia solidária e convivência com o semiárido.</p> <p>c) Experiência de trabalho em organizações da Sociedade Civil (desejável).</p> <p>d) Conhecimento nas temáticas de gênero, feminismo e políticas públicas.</p> <p>e) Experiência de trabalho com auto-organização de mulheres rurais e acesso as políticas públicas para mulheres.</p> <p>f) Capacidade de trabalhar em equipe.</p> <p>g) Disponibilidade para viajar, inclusive finais de semana.</p> <p>h) Ter Carteira Nacional de Habilitação “B”.</p>

## 7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção será constituído por duas etapas:

- Recebimento e avaliação do currículo do (a) candidato (a);
- Entrevista individual com a(o) candidato(a). Esta etapa será realizada apenas com as (os) candidatas (os) que tiverem o currículo pré-selecionado. A entrevista poderá ser realizada tanto presencial, quanto por telefone ou via skype, conforme ferramenta mais adequada escolhida pela instituição;

Observação: O CF8 se reserva ao direito a não contratação, caso a avaliação curricular e/ ou entrevista não atenda aos requisitos e perfil exigidos. Bem como, não custeará eventuais despesas de deslocamento de candidatas (os) para a entrevista.

## 8. PRAZOS E INFORMAÇÕES GERAIS

- O currículo deverá ser encaminhado no formato digital com data, nome, endereço completo, telefone e e-mail;
- Junto ao currículo, deverá ser encaminhada a DECLARAÇÃO DE NÃO FUNCIONÁRIO (A) PÚBLICO (A) (ANEXO II) deste processo seletivo;



- c) Os currículos serão recebidos na sede da entidade, situada a Rua Dionísio Filgueira, 519, Centro, Mossoró/RN telefax (84) 3321-3800 / 3316-1537, no horário comercial (08:00 às 12:00 e das 14:30 às 17:30) ou ainda por correio eletrônico para [admin@cf8.org.br](mailto:admin@cf8.org.br), até o dia 07/03/2016;
- d) Os currículos não selecionados ficarão na base de dados da instituição por um período de 01 (um) ano;
- e) Quaisquer informações entrar em contato com a entidade pelo telefone (84) 3321-3800 / 3316-1537 – falar com Ana Paula Martins;
- f) O resultado do processo será divulgado no site <https://www.convenios.gov.br/portal/> na Aba Cotação Prévia de Preço e no blog <http://centrofeminista.com/> dia 10/03/2016.

## **9. DOS REQUISITOS**

- a) Ser brasileira (o) ou naturalizada (o);
- b) Ter idade mínima de dezoito anos;
- c) Estar em dia com os compromissos eleitorais;
- d) Não ter vínculo empregatício público (efetivo, contratado ou em cargo de comissão) em âmbito federal, estadual ou municipal. Junto ao currículo deverá ser entregue a DECLARAÇÃO DE NÃO FUNCIONÁRIO(A) PÚBLICO(A) (ANEXO I);
- e) Não pertencer ao quadro empregatício do CF8, nem da sua Diretoria, conforme cláusula do estatuto da entidade.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Processo Seletivo correrá por conta do Convênio nº 811702/2014, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Centro Feminista 8 de Março – CF8.

## **11. DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO**

No ato da contratação deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Número do PIS / NIT;
- d) Comprovante de endereço com até 60 dias de emissão;
- e) Declaração de dependentes para fins de IR (se for o caso);



- f) Título Eleitoral;
- g) Comprovante de escolaridade;
- h) Certidão de Nascimento ou Casamento (se for o caso);
- i) Declaração assinada de que não possui vínculo com o serviço público federal, estadual ou municipal (ANEXO I);

## **12. PAGAMENTO, REGIME, LOCAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO.**

- a) O pagamento será efetuado através de depósito em qualquer entidade bancária indicada no termo de aceitação, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, Localidade e Número da Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- b) O pagamento ocorrerá conforme orçamento e cronograma de desembolso previsto no projeto, sendo que a hora técnica corresponde ao valor bruto de: R\$. 72,00 (setenta e dois reais) para ambas funções;
- c) O regime de contratação será por meio de Prestação de Serviço de Profissional Autônomo, para serviços **eventuais, esporádicos, sem subordinação** e sem vínculo empregatício, e com todos os descontos regidos pelas leis brasileiras;
- d) O prazo de contratação será de 08 (oito) meses, podendo ser rescindindo antecipadamente a qualquer tempo ou prorrogado, conforme necessidade do projeto;
- e) O local de Trabalho se dará em municípios do Território da Cidadania Seridó, conforme atividades previstas. Bem como, em Mossoró na sede da instituição e viagens externas, quando necessário;
- f) As remunerações corresponderão ao cumprimento da jornada de trabalho e à realização das tarefas definidas no processo de planejamento.

Mossoró/RN, 19 de Fevereiro de 2016.

*Eliane Maria da Conceição*

Eliane Maria da Conceição

Coordenadora Geral



## PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

### ANEXO I – DECLARAÇÃO DE NÃO FUNCIONÁRIO (A) PÚBLICO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, brasileira (o) portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, residente a \_\_\_\_\_, situado (a) no bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_ telefone(s) para contato ( ) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, na qualidade de candidata (o) ao cargo de *Assessoria técnica ou Comunicadora* – referente ao processo seletivo nº 002/2016, declaro para os devidos fins e sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro<sup>i</sup> e em conformidade com o que preceitua o art. 37, XVI e XVII<sup>ii</sup> da Constituição Federal, que não sou agente ou servidor (a) público (a), vinculado (a) a qualquer Instituição Pública, da Administração Direta ou Indireta, tanto na esfera da União, quanto dos Estados e Municípios, tanto em atividade, quanto em regime de licença. Por conseguinte, na eventualidade de ocorrerem quaisquer alterações na situação funcional ora declarada, comprometo-me a comunicar imediatamente o ocorrido ao setor competente desta instituição. Para maior clareza, firmo o presente.

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

i  
**Falsidade ideológica:** Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ii  
**XVI** - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; **XVII** - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;